

Notas para a discussão sobre a estratégia da campanha

(a apresentar no Nucleo de Apoio Estratégico e no Narlis)

I - Na nossa candidatura presidencial, como nas outras até agora apresentadas, é já consensual (e talvez por isso pouco eficas), que as características de independência e suprapartidarismo devem ser predominantes. Todavia, pode-se observar o seguinte:

- 1) A candidatura de MLP é a única realmente independente e suprapartidária. Facto este que deverá ser apresentado face às legislativas e realizado e praticado perante os outros candidatos.
- 2) Importa, porém, reconhecer que as condições actuais não são as mesmas que, por exemplo, as de 1980. Nestas, o sentido da candidatura independente era facilitado por um candidato suprapartidário e democrático face a um candidato estigmatizado política e socialmente e "acantonado" na facção de direita. Ora, as actuais condições implicam:
 - a) Uma forte bipolarização e um candidato da área do centro e da direita com grande poder mobilizador.
 - b) Uma real divisão entre os dois candidatos que se situam na área do centro e da esquerda (divisão da área consensual possível).
 - c) Uma crescente ilusão -no seio das candidaturas- sobre a maior importância da eleição presidencial face às legislativas. Mas importa reconhecer que, por um lado, isto se insere numa autoproclamação dos próprios candidatos (sendo obvia a sua significação) e, por outro, que as sondagens (internas) definem o perfil ideal do PR como "moderado", moral", "defensor da democracia", etc; no fundo como árbitro, último recurso e como imagem simbólica de unidade nacional.



3) Que a candidatura de MLP não é visualizada como independente da área da esquerda. Mais, muitas das acções, personalidades e projectos se situam nessa área. Facto inegável e visível publicamente desde a composição maioritária do Staff político (aparentemente informal), aos núcleos de apoiantes e activistas, técnicos da campanha e até o predominar do espírito movimentista.

II- O carácter independente e suprapartidário, além das referencias positivas e negativas mencionadas, possui, quanto a nós, uma outra importante característica negativa: a da frustração e da possível ineficácia política. O suprapartidarismo aliado a uma intenção interventora, sem um apoio institucional (político e social) poderá levar tanto a uma frustração política do esforço colectivo como a uma permanente conflitualidade institucional e política.

Em suma, projecta-se numa intencionalidade sem suportes para a acção e numa retórica sem convicção. O aspecto de independente e suprapartidário é positivo no sentido de árbitro-moderador-símbolo de unidade, mas é negativo, na medida em que pressuponha uma ausência de base social política de apoio e de alargamento do projecto presidencial.

III- Ainda dentro deste contexto, não deixam de ser preocupantes as autoprociamações de supapartidarismo e independência pela parte dos candidatos e a insistência (suspeita) de que as eleições presidenciais são bem mais importantes do que as legislativas para vencer a crise e o bloqueamento da sociedade. Parece-nos que, tendo em conta, por um lado, as sondagens (inter nas) que apontam para um perfil ideal do PR predominantemente moderador, activo, moral, defensor da democracia, independente, etc, e, por outro lado, o facto político de que o nosso regime é parlamentar (e nesse senti-

Fundação Cuidar o Futuro



do com predominância governativa dos partidos sobre o Presidente), não parece fácil acreditar que as presidencias sejam mais importantes do que as legislativas. Mais ainda, será que o eleitor (e não apenas o bom povo à margem da política), com o seu senso comum das oportunidades políticas e com as suas expectativas de recompensas materiais, irá aceitar este jogo ilusório definido segundo as conveniências dos candidatos?

IV- É por tudo isto que se nos afigura importante tecer as seguintes considerações sobre a estratégia a ter em conta durante as legislativas e até à eleição presidencial. Trata-se, em síntese, de apresentar uma candidatura independente articulada a uma mediatização social e política de apoios reais.

1) Defeender uma lógica própria de projecto presidencial e de configuração social, política e cultural da sociedade. Nesse sentido, realçar a especificidade dos poderes do PR; construir as mediações do PR com os cidadãos; salientar o carácter activo do PR face às instituições políticas, sociais e culturais; defender a democracia representativa e a modernização da sociedade portuguesa. Implica isto que, durante a campanha legislativa, o projecto da nossa candidatura deverá situar-se num outro nível (nem dentro, nem fora) dessa campanha, mas sem estar à margem do que se discute a nível das legislativas (1).

2) Construir uma configuração política e institucional própria. Implica isto que, não tendo estruturas sociais e partidárias de apoios, é necessário, portanto, formular e implementar uma rede de mediações institucionais entre o projecto presidencial e as expectativas dos cidadãos.

Deste modo se poderá alterar uma dos aspectos negativos atribuídos, pelas sondagens, a nossa candidatura: " incapacidade de reunir os portu-

(1) Não cair na fadlidade de pensar que os problemas reais e as questões nacionais não são aquelas que se discutem e se escolhem na campanha entre os partidos



4

gueses".

Numa primeira fase, será necessário implementar debates, trocas de ideias, de informações e de aspirações, ou seja, encontros programados entre a Candidata e as instituições sociais mediadoras dos cidadãos. Superando deste modo um certo populismo optimista e valorizando as instituições mediadoras em que a população se reconhece. Produzindo assim uma imagem e uma realidade institucional que evite a difusividade dos apoios e o voluntarismo etéreo da participação.

Nesse sentido, parece-nos importante procurar entendimentos com: as organizações sociais - sindicais, empresariais, pequenas e média empresas e de agricultores; as associações culturais, recreativas, universitárias, de consumidores, escolares, políticas (autarquias e os seus níveis organizativos); as associações dos cidadãos - de estudantes, de mulheres, de pensionistas (terceira idade), de católicos, de profissionais (economistas, engenheiros, técnicos, professores, pescadores, camponeses, etc), de animação cultural, etc, quer ao nível local, quer ao nível regional.

Numa segunda fase, produzir um mínimo de entendimentos comuns com base nessas experiências e expectativas. Todavia, esta configuração deve ter um carácter do mais flexível e informal possível para não cair ^{na} "guetização" de um movimento social alternativo de carácter certamente minoritário. Por isso, ao mesmo tempo que se realiza a aglutinação institucional dessas vontades políticas e sociais, é preciso que se defenda intransigentemente a democracia representativa, nosso quadro institucional e político. Esta defesa deverá pautar-se pela exigência de cumprir até ao limite os princípios da própria democracia representativa.

O carácter interventor do projecto presidencial não poderá ser um choque e um conflito com a democracia representativa mas sim, uma pres-



são pública e política mediatizada pelas associações e organizações que, além dos partidos, os cidadãos reconhecem (1).

3) Procurar bases políticas e sociais de apoio. Por um lado, uma candidatura independente não é incompatível com o entendimento quer, das mediações institucionais referidas, quer das mediações político-partidárias. Uma candidatura independente e interventora, com um projecto inovador de sociedade, é ineficaz sem uma configuração institucional mediadora, sem apoios políticos e sociais, e dificilmente será victoriosa sem o apoio ou entendimento implícito de alguma das estruturas partidárias. Por outro lado, a vitória eleitoral ou, pelo menos, um bom score na 1ª volta, passa pelo aglutinar do maior apoio possível na área do centro e da esquerda. Nesse sentido, a área do consenso eanista é fulcral.

Dado que, nas actuais circunstâncias, a margem de manobra do PRD e de Eanes torna-se mais restrita; dado que se esboça uma aproximação (ou colagem) de M. Soares à área eanista; dada a eventual proximidade de alguns dos sectores e distritos do PRD à candidatura de MLP, e, dado ainda o imperativo do PRD de obter um bom score nas legislativas, parece-nos que, neste momento, é positivo um entendimento implícito entre a candidatura de MLP e o PRD (ou de alguns dos seus sectores institucionais).

Em suma, entendimento e negociação com reciprocidade entre as legislativas e as presidencias. Ora, isto só pode ser procurado e realizado por nossa iniciativa, mediante o entendimento com personalidades políticas e os apoios sociais e políticos desse partido.

V- Num outro nível, parece-nos que, por um lado, a organização da campanha deverá privilegiar durante as legislativas e até as presidenciais, além das instituições mediadoras referidas, o apoio das personalidades recon

(1) Evitar a facilidade da via populista e esforçar-se por um projecto popular



cidas e prestigiadas da área sanista. A modificação da imagem do projecto presidencial de MLP não é possível ser realizada com personalidades à partida situadas numa única área. Assim, o jogo simbólico esgotar-se-a na própria intenção. Por outro lado, a organização das actividades concretas da campanha (com especial relevo para as acções de massas) deverá assentar, quanto possível, em profissionais (Ou seja, que além de serem simpatizantes e apoiantes, sejam também profissionais) e em personalidades de reconhecida eficácia e prestígio no seu meio.

Juan,

José Manuel

(do núcleo de Apoio Estratégico e do Narlis)

5 - 8 - 85

Fundação Cuidar o Futuro

